

(Des)Caminhos da patrimonialização: da cultura ao patrimônio

Leandro Eustáquio Gomes

Doutor em Antropologia pela Universidade de Coimbra, Portugal
Bolsista CNPq – Programa de Capacitação Institucional – nível DC

 <https://orcid.org/0000-0003-1209-7527>

E-mail: leandroegomes@gmail.com

Resumo: Neste artigo, busca-se, através de questões teóricas diversas, discorrer sobre as ações denominadas de patrimonialização, sendo então necessário adentrar no universo de alguns conceitos e definições sobre cultura e patrimônio, a fim de compreender o hiato e processo de transformação e atribuição da cultura ao patrimônio, pelo processo de patrimonialização. Objetiva-se assim, problematizar as questões de construção e denominação dos elementos e expressões como cultura e patrimônio, a demonstrar as subjetividades intencionalidades nessas ações, divergentes e convergentes, questões paralelas e antagonistas ao discurso do construto denominado de patrimônio.

Palavras-chave: Patrimonialização; Cultura; Patrimônio.

Ways and dysfunctions of patrimonialization: from culture to heritage

Abstract: In this article, we search, through several theoretical questions, to discuss the so-called patrimonialisation actions, being necessary to enter into the universe of some concepts and definitions about culture and heritage, in order to understand the hiatus and process of transformation and attribution of the culture to the patrimony, by the process of patrimonialization. The aim of this study is to analyze the questions of construction and denomination of elements and expressions as culture and heritage, to demonstrate the subjectivities and intentionalities in these divergent and convergent actions, parallel and antagonistic questions to the discourse of the so-called patrimony construct.

Keywords: Patrimonialization; Culture; Heritage.

Texto recebido em: 30/06/2019

Texto aprovado em: 14/11/2019

Introdução

O patrimônio cultural, como discorreremos ao longo deste artigo, é o resultante de forças, de forma direta e indiretas, cujas ações convergentes e divergentes, desconstroem e reconstroem os elementos culturais, num processo, em menor ou maior grau, intencional consciente e inconsciente. A ação de transformar

traços culturais ao nível ou nomenclatura de patrimônio, perpassa pelo que é denominado de patrimonialização.

Em linhas gerais, o que é patrimonialização? A patrimonialização consiste no processo no qual um coletivo atribui o status de patrimônio a um objeto, seja ele material ou imaterial, como elemento de herança que deve ser preservado e transmitido. Esse processo de patrimonialização envolve cinco aspectos bases, sendo que o primeiro está relacionado com o interesse que esse coletivo tem com esse objetivo, assim com os valores e sentimentos ligados a ele. O segundo está relacionado com as questões de produção do conhecimento gerado sobre o objeto e sobre seu mundo de origem. O terceiro é a afirmação/declaração de status como patrimônio, com os respectivos objetivos: preservação e salvaguarda; representação simbólica; transmissão. O quarto diz respeito ao acesso desse coletivo ao objeto, ou seja, da forma que se tem acesso a ele. O quinto e último aspecto base é a forma como é feita a transmissão desse objeto às gerações futuras como herança (DAVALLON, 2018).

Nesse trabalho faremos reflexões acerca da patrimonialização, ou seja, a construção e derivação frente a transição dos elementos/bens, da cultura ao patrimônio. Mecanismo complexo, mas que por vezes é simplificado, sendo quase espontâneo e natural, porém, contem subjetividades diversas e intensas.

Nesta busca de adentrar essa trama cultural, como descrito por Geertz (1973), existe a necessidade de se fazer uma descrição densa, para então compreender as “tramas” que constituem o tecido cultural. O destaque a palavra trama vai além do sentido do fio que constitui o tecido cultural, ela pode ter aqui duplo sentido e provocação frente a intencionalidade do construto cultural, patrimonial, e como é objeto central deste artigo, a patrimonialização.

Para então adentrar nessa trama, faz-se necessário lançar mão de fios condutores. Mais objetivamente, é necessário esboçar algumas questões básicas sobre cultura e patrimônio, conceitos, definições e atribuições para então termos subsídios para elencar elementos mais objetivos sobre a patrimonialização.

Sendo assim, iniciamos a discorrer sobre cultura, adentrando em patrimônio, e paralelamente contrapomos com a patrimonialização. O objetivo deste artigo é apresentar, através de um conjunto de fragmentos biobibliográficos, uma reflexão sucinta quanto a patrimonialização, sua constituição, e assim proporcionar uma ampliação do olhar crítico construtivo, sobre as ações denominadas de patrimonialização.

Cultura, patrimônio e a patrimonialização

Adentremos nos aspectos de derivação e construção do termo cultura, das buscas de abarcar em uma palavra, uma ampla diversidade de elementos. Assim, a fim de contemplar essa plenitude de visões, e até mesmo o significado que o termo abarca, é preciso esclarecer que a cultura foi, e é, alvo de grandes discussões. Em Lima (1979) é feita uma abordagem geral sobre o termo cultura, desde a sua etimologia até às bases que são hoje utilizadas, em que “cultura provém do latim *culture* = *cultivação* em agricultura. Em francês temos *culture*, em inglês *culture* e em alemão *kultur*”. (LIMA, 1979, p. 52). O termo teria sido utilizado a primeira vez em 1793, em um dicionário alemão.

Nessa trajetória de construção, segundo Williams (2001), a palavra cultura está entre as cinco (indústria, democracia, classe e arte) novas palavras-chave, ou novos usos e empregos, nas últimas décadas do século XVIII, que têm grande relevância e impacto, e que trouxeram consigo mudanças na vida e no pensamento. A palavra cultura passa de uma conotação e emprego em que referia-se apenas ao cuidado com o crescimento natural (*cultivar*) para uma aplicação, no sentido de formação humana. De seguida, no século XIX entende-se como um estado geral da mente, que passa a estado geral do desenvolvimento intelectual e parte integrante de uma sociedade. Depois, como corpo geral das artes, chega ao final do século significando todo um modo de vida material, intelectual e espiritual.

Como descrito por Williams (1985), a palavra cultura é tida como uma das três mais complicadas da língua inglesa, pois, ao longo dos tempos, o seu desenvolvimento histórico a fez assim, cuja aplicação do termo foi utilizada em várias disciplinas, bem como sistemas de pensamentos. Desde a sua origem ou raiz do termo em latim, surgiram novos significados, sobreposições, derivações e agregação de significados.

Emerge então a necessidade de uma definição que abrangesse esse fenômeno, as suas nuances e peculiaridades. Para tal, foi-se construindo e reconstruindo diversos conceitos, a fim de se obter uma abrangência teórica norteadora. Neste ponto, Laraia (2013) faz uma síntese deste processo e faz referência à origem germânica do termo cultura, com o sentido que é utilizado hoje, formulado por Edward Burnett Tylor, que publicou dois volumes do trabalho intitulado *Primitive culture*, no ano de 1871.

No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico Kultur era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa Civilization referia-se principalmente as realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês Culture, que “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade de hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos (LARAIA, 2013, p. 24).

Entretanto, Lima (1979) refere-se à visão funcionalista de Tylor. Lima afirma que “a cultura inclui técnicas, equipamentos, comportamentos, produtos diversos, normas, ideias, regras, leis, de tudo criado, usado e desenvolvido pelo homem com o objetivo de satisfação de necessidades físicas, psíquicas e sociais.” E prossegue comentando este ponto de vista estabelecido por Tylor: “Por consequência, a cultura é não só um conjunto de apriorismo que o homem encontra no seu meio ambiente...”, mas também implica um “processo que é dinâmico, na medida em que o indivíduo, agente dinâmico-motor, tem de tudo aprender”. (LIMA, 1979, p. 57).

474

Contraponto com essas visões, Cuche (1999) diz que a criação da palavra cultura, por si só, já exprime um problema, uma vez que não existe uma palavra equivalente para algumas sociedades de língua oral. No entanto, isso não quer dizer que essas sociedades não tenham cultura, pois não é a existência, ou não, de uma palavra que define a presença, ou não, de algo. Quanto ao surgimento de novas palavras e expressões, deve-se procurar entender o seu contexto, qual o seu significado e a necessidade da sua formação, como é o caso da palavra cultura.

Em Salazar (2009), é dito que a cultura, de maneira geral, se articula com a história, crenças, valores, normas e práticas sociais através dos tempos, assim como está presente nos ritos, mitos, tradições e instituições, uma vez que ela se apresenta ou se faz percebida nas artes, na música, na literatura e na vida cotidiana.

Mas como ela é construída, quais os elementos que a “moldam”? Entre uma das ideias sobre cultura colocadas por Storey (2002), está o papel dos grupos sociais como agentes formadores e produtores de cultura, que é apresentado pelo autor como “agências humanas”, e não somente como meros consumidores de cultura, isto é, há um movimento de produção e consumo de cultura.

Já no conceito ou esquema construído por Hall (2003), utilizado para explicar o que é cultura, apresenta-se o “circuito da cultura”, nomenclatura essa que ele usa para designar os processos de interação dos elementos, representação, identidade, produção, consumação e regulamentação, sendo estes os elementos que regem a cultura. Assim, o autor defende a ideia de cultura como sendo uma construção coletiva, isto é, que os significados partem de uma partilha, e que está na linguagem a chave dos valores culturais, uma vez que permite essa transmissão de significados.

Nessa construção, para Hall (2003), as representações ou correlações que se faz de algo, são frutos de uma construção mental que cada indivíduo carrega. É através desse conjunto de interpretações que vê o mundo e a si mesmo. Em nada há significado natural, latente ou invariável, tudo é uma construção. Assim, a cultura pode ser compreendida como uma forma de construção de padrões de representações e interpretações acumulativas.

Neste sentido, Bernardi (2007) afirma que o fenômeno cultural parte de um processo de escolhas que vão ao encontro das necessidades, sendo que, para suprir as necessidades são utilizados ou criados mecanismos ou modelos, ou mesmo modos de vida. “Cada cultura aparece, assim, ligada a um modelo ideal de vida e de comportamento, mediante o qual se torna num bem, num valor, para aqueles que dela participam” (BERNARDI, 2007, p. 47-48). Essa questão de que são escolhas que vão ao encontro das necessidades torna-se um elemento importante de ser destacado, pois, quais são as necessidades e para quem? Quais são os interesses de construção e valorização desses elementos culturais? O que eles sustentam? Deixaremos para explorar essas questões mais adiante nesta construção.

Outro ponto que é base para compreender a cultura está em seus elementos chaves, que segundo Bernardi (2007), tem como base 4 fatores essenciais, ou seja, são premissas para a sua existência, e descreve-os como sendo:

O *anthropos*, ou seja, o homem na sua realidade individual e pessoal; o *ethnos*, comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos; o *oikos*, o ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem se encontra a atuar; o *chronos*, tempo, condição ao longo da qual, em continuidade de sucessão, se desenvolve a atividade humana (BERNARDI, 2007, p. 54).

Nesse ponto, e como nos argumentos anteriores, estes elementos estão interligados e não produzem a cultura por si só. Em todas as manifestações culturais existe a evidência da sua existência (*anthropos, ethons, oikos, chronos*), seja de forma mais latente e explícita, ou discreta e profunda.

Outra visão de cultura referida por Geertz (1973) utiliza-se do pensamento de Max Weber, em que o ser humano é um animal preso a teia de significados que ele mesmo produziu, sendo então a cultura para Geertz essa teia que o ser humano é emaranhado. Dessa forma, o autor busca compreender a cultura não como ciência experimental num sentido de leis, mas sim através de uma ciência interpretativa em busca de significados.

Seguindo esta linha de pensamento sobre a complexidade da cultura, Bernardi (2007) também faz uma referência ao *pull* de sistemas culturais ao longo do tempo e espaço e dos mecanismos e instituições que são criados.

A cultura, de fato assume fisionomias precisas que distinguem no tempo e no espaço. Neste sentido, não há apenas uma cultura, mas muitas. Cada uma delas representa o modo típico e específico pelo qual os povos singularmente definem os próprios valores e interpretações culturais e com os quais organizam as instituições próprias num sistema social distinto (BERNARDI, 2007, p. 46-47).

A questão de representação nos permite então contrapor algumas questões que indagamos e evidenciamos anteriormente. Quando da afirmação de que existem muitas culturas, e nesse sentido não exploramos a questão de escalas, a delimitação e definição de que tais elementos são representativos dos povos. Essa ideia tende a construir uma dimensão um tanto homogênia de representação, e também excludente, pois como supramencionada, é uma construção subjetiva. Construções sujeitas e atreladas a sistemas, organizações e instituições. Mas como mencionado, em Cuche (1999), cultura não é uma palavra que define a existência de algo. Entretanto, os aparatos, sistemas, organizações e instituições, são agentes limítrofes quanto ao reconhecimento, valorização e aos recursos destinados às expressões culturais, que podem ficar às margens, ou que em uma visão mais dramática, ficarem marginalizados.

Nesse aspecto de reconhecimento da cultura, é moldado o termo patrimônio, em que compreendemos cultura como análoga ao patrimônio. A fim de compreender melhor o termo patrimônio, é pertinente conhecer a sua origem e a sua ideia de

preservação. Cabral (2011) faz uma síntese da origem do termo e contexto temporal em que foi idealizado.

Na sua forma hodierna, porém, o conceito, teve origem nos finais do século XVIII, no contexto social desencadeado pela Revolução Francesa, que determinou a entrada de obras de arte nos museus e a destruição dos vestígios do Antigo Regime, considerados reminiscências de um passado corrupto (POULOT, 1998. Apud. CABRAL, 2011, p. 26).

Abrimos aqui um parentese para problematizar um ponto. As ações tidas como vandalismo, ou seja, os momentos de contramovimento a estruturas sociais, que neste caso específico eram tidas como opressoras, tomaram essa conotação negativa. Neste ponto não se está aqui a fazer juízo de valor do fato ocorrido, mas sim de exemplificar de como os aparatos e sistemas, organizações e instituições, podem dificultar as ações de contestação de representatividades cultural e patrimonial.

No entanto, este movimento de destruição neste período, é tido, para alguns, como a origem do atual conceito de patrimônio, pois neste período surge a ideia do que se deve ou não ser conservado e preservado, ou seja, valorizados e referenciados como elementos simbólicos, como por exemplo, peças em museus.

Todavia, até a primeira metade do século XIX, o termo e concepção de patrimônio cultural eram utilizados para se referir a obras de arte consagradas e monumentos de luxo associados à classe dominante da sociedade política e civil. Neste contexto, as construções cuja preservação se revestia de interesse, eram antigos palácios, residências de nobres ou locais que foram palco de fatos marcantes da história política, o que se justificava pela convicção de que, através destes bens patrimoniais, era possível ligar o passado ao presente, constituindo elementos da identidade (BARRETO, 2000).

Ao abordar esta questão de interesse, memória e identidade, em que o patrimônio surge como elemento pertinente, representativo e significativo para a nação, ou seja, como um legado, uma herança de cunho nacional, em que obras de arte, monumentos e edifícios têm um valor cultural para a nação, o patrimônio nacional que se reconhece nesses elementos, e/ou a sua importância, a fim de serem transmitidos a outras gerações (ABREU, 2008).

Esta concepção de patrimônio vem atrelada à ideia de que o patrimônio é uma representação da nação, que esse conjunto de bens forma um sentimento de

pertença de uma nação, região de localidade, justificando o processo para perpetuar esses símbolos da identidade e da história. Estes exemplos mostram que são considerados patrimônios os elementos que tenham relevância, como os que são representações da história de povos, registros materiais das relações sociais, criações e modificações do ser humano no meio ambiente.

Contudo, Lima (2005) demonstra o quão maior é a dimensão do que é patrimônio, e o que é englobado e reconhecido, e pode ser entendido como tal, deixando-se mais esclarecida a amplitude do termo e sentido.

O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social (LIMA, 2005, p. 5).

Assim, nesta construção contemporânea conceitual e representativa, o termo patrimônio vem sendo usado de forma abrangente, cujas fronteiras têm cada vez mais extensões.

A palavra 'patrimônio' passou atualmente a fazer parte do nosso dia a dia. Utilizado na área da cultura, do ambiente, do turismo, da publicidade e em muitos outros contextos, o patrimônio é percebido como algo positivo e relevante na vida, um bem precioso que devemos preservar a todos os custos (CABRAL, 2011, p. 25).

Neste sentido, evidenciam-se algumas das múltiplas funções do patrimônio, que para além de representação, podem ser tidas como elemento de mercantilização, que dessa forma, podem proporcionar bônus e ônus à cultura, conforme a exploração, em que uso, apropriação e significado, podem sofrer influência, direcionamento e concentração de recursos, a pensar na exploração econômica, retorno financeiro e midiático, distanciando do sentido lato.

Já em Costa (2006) é feita uma referência etimológica para explicar e definir patrimônio, na qual a relação com o passado é vista como um legado, e em que existe uma gama de experiências e saberes deixados às gerações do presente e às futuras, de forma a compreender e aprender com esse passado.

A origem da palavra Patrimônio é do latim e é derivada de *pater*, que significa pai. É utilizada no sentido de herança, legado, aquilo que o pai deixa para os filhos. Também se refere ao conjunto de bens

produzidos por outras gerações, por bens que resultam em experiências, coletivas ou individuais, para se tornarem perpétuas (COSTA, 2006, p. 8).

Em Laraia (2013), é apresentado um conceito de patrimônio, em que se destaca a construção de cultura através das gerações, e que essa carga cultural é fruto de uma ação coletiva, sendo o homem o resultado deste meio que o socializou, e um herdeiro de um processo acumulativo transmitido por várias gerações antecedentes a ele. Sendo que, “A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade” (LARAIA, 2013, p. 45).

Desta forma, essa construção da tradição¹ e transmissão da cultura, tange o que é denominado como patrimônio cultural, como elementos que são transmitidos, mas que, por não serem questionado em diversos momentos, são meramente absorvidos e transmitidos, através do discurso, “sempre assim se fez”; “não sabemos; nossos pais fizeram sempre assim”; “foi como os nossos pais nos ensinaram”. A cultura, deste modo, afirma-se como um patrimônio (BERNARDI, 2007, p. 69-70). Mas deve-se destacar, e como já mencionado na abordagem sobre a cultura, que o patrimônio cultural não se restringe à esfera hereditária familiar, este extrapola esta esfera e também é passível de questionamento, assim como, o fato de ter o seu carácter dinâmico.

Em Prats (2009) é defendida a ideia de que o patrimônio é algo abstrato, ou seja, um processo de construção predominantemente intrínseco. Assim, nesta linha de pensamento, pode-se pensar no patrimônio como uma construção interna de sentidos, significados, seja para algo material e/ou imaterial, em que o seu significado não é algo latente, mas sim algo relativo e sujeito a interpretação, e que, naturalmente não existe, pois é fruto de uma criação e necessita de um conjunto de saberes, para penetrar nesta trama construída, e interpretar os diversos caminhos, ou melhor dizendo, as várias interpretações e construções atribuídas, assim como, as formas e mecanismos de transmissão.

Tem-se, normalmente, através de uma análise de pensamento superficial, que o patrimônio é algo que simplesmente existe e é natural. Mas como já apresentado, não é bem esse o caso, pois este é uma construção social que nasce com objetivos específicos (PRATS, 2009).

Rodrigues (2005) destaca esse ponto e diz que o processo de patrimonialização consiste em escolhas. Ou seja, em eleger determinados elementos, de determinada cultura, que serão elementos representativos de uma história e de uma identidade, sendo que este processo de escolha pode ser espontâneo, nascendo de forma natural dentro do grupo ou grupos sociais, ou resultar de uma intervenção por parte dos representantes políticos e outros interesses.

A patrimonialização, como apresentado anteriormente, também permeia e é passível de críticas, uma vez que se refere às escolhas ou pontos de vistas, sobre se há-de elevar ou ressaltar tal elemento cultural. Entretanto, para tal, há outros elementos ou interpretações que podem ficar à margem,

Pelo fato de ser uma construção mais ou menos intencional, em vez de qualquer processo de patrimonialização tende à imposição de uma perspectiva única, considerada a verdadeira e legítima, o patrimônio comporta uma marcada dimensão política (REIS 2009).

(...)

Tais movimentos políticos podem ser marcados por intencionalidades tendo cunho e objetivos de manter e ressaltar determinado patrimônio cultural. Efetivamente, no mundo atual são inúmeros os agentes que participam no processo de construção da memória coletiva e de patrimonialização, possuindo cada indivíduo a sua própria visão do passado, pelo que qualquer versão imposta que contradiga os factos e as crenças comumente aceitas não será facilmente incorporada (PERALTA, 2008; REIS, 2009). (CABRAL, 2011, p. 32)

480

Outro ponto que exploramos parcialmente, é a visão contemporânea do termo patrimonialização, bem como das ações desenvolvidas junto ao patrimônio, e tendo-o como instrumento, são apresentadas por Carvalho e Fernandes (2012), que destacam-se o modismo científico na contemporaneidade, assim como a plasticidade temporal e espacial, como alternativa de desenvolvimento de grupos, locais e seguimentos. Também é utilizado como instrumento político, social e econômico, de memória e identidade, de desenvolvimento humano e qualidade de vida, de revitalização e requalificação de lugares. Assim, o patrimônio, ou o conceito de patrimônio na contemporaneidade, assume um papel de múltiplas funcionalidades e aplicabilidades, sendo tido como uma alternativa face aos problemas e necessidades.

Como já mencionado, este ato de escolher, de destacar determinados elementos, pode ser realizado em consequência do interesse em estabelecer uma

identidade, ressaltar valores concretos, sob a pressão de interesses econômicos, políticos e sociais, ou seja, não se pode afirmar que um determinado bem patrimonial, mesmo que reconhecido por grupos e instituições públicas ou não, seja um fiel representante da totalidade dos elementos de um grupo social.

Inventa-se o patrimônio a cada vez que determina-se (quem determina?) que um prédio, um local ou um hábito seja considerado um patrimônio por todos. Busca-se que algo seja defendido por todos, mas na verdade se omite que estes elementos representam somente uma parte, um grupo ou uma classe da sociedade. (SOARES, 2009, p. 21)

Esse fragmento supracitado reforça e destaca a ideia de subjetividade na construção do patrimônio, ou mais objetivamente falando, tanto as forças e interesses atuantes quanto aos mecanismos, agentes e caminhos da patrimonialização.

Conclusão

A mono construção fechada e por vezes institucionalizada sobre cultura e patrimônio, e que neste ponto está a patrimonialização, podem ser elementos nocivos ao tecido cultural. As representações, de forma geral, apresentam, em alguns casos, baixa representatividade, visão míope, homogênia e forçada de uma construção, ou seja, construída e não constitutiva, divergente e excludente. O que se coloca em causa como esses pontos não são a representação, mas a necessidade de haver um sentido explícito da representação, além de permitir leituras e interpretações diversas, passíveis de serem legítimas as contestações fundamentadas.

As ditas ações de patrimonialização e mecanismos de patrimonialização podem, e são às vezes utilizadas, como elementos sinônimos de exaltação exacerbada e distorcida, além de segregação e marginalização, sentidos e usos nefastos de um instrumento com diversas outras qualidades e aplicabilidades construtivas, mas cujo sentido deve ser cuidadosamente pensado e utilizado.

A construção e reconstrução da cultura e patrimônio, como apresentando ao longo dos diversos discursos, dos diversos autores, permitem perceber que a cultura e o patrimônio são permeados de diversos meandros, meandros esses de

fazimento “espontâneo” ou intencional, numa constituição natural e artificial, por agentes diversos, que conjugam necessidades, forças, interesses objetivos, permitindo assim, demonstrar os cenários complexos que os compelem.

As questões sensíveis sobre a patrimonialização não refletem somente nos bens a serem reconhecidos e destacados, mas também nos outros que não são incorporados. Ou seja, estes podem ser os demais traços e conjuntos culturais não chancelados, que, de forma indireta, podem desacreditar expressões e manifestações culturais por motivos diversos, seja por serem similares, menores em termo de dimensões e adeptos, localização e pertencentes a grupos privilegiados, ou por viés econômico e político de uso e exploração. Os impactos da patrimonialização, sejam positivos ou negativos, não se restringem ao tecido cultural intrínseco, mas também ao tecido cultural extrínseco. Os elementos culturais e patrimoniais não são elementos isolados, eles fazem parte de um conjunto e são permeados e interligados, com menor ou maior intensidades, com outros, uma espécie de colcha de retalhos. Assim, pensar e efetivar as ações de patrimonialização, carecem de ter em conta esses efeitos, seja na escala local, regional, nacional e mundial, bem como referente aos níveis e escalas institucionais.

Com essas leituras e reflexões, buscou-se problematizar a ação e o discurso as vezes “romantizado” da patrimonialização, como sendo algo genuíno e fiel representativo. Objetivou-se aqui, trazer instigações para auxiliar de forma crítica as ações de patrimonialização, do passado ao presente, compreender, aprender e refletir sobre os erros e acertos, e ampliar um estado de consciência construtiva. A patrimonialização é uma importante ferramenta e recurso, mas carece de ser utilizada de maneira consciente e responsável. A negligência e displicência, e como apresentado ao longo deste artigo, podem causar sérias distorções e danos ao tecido cultural, com impactos negativos irreversíveis.

NOTAS

1. Entretanto, como dito com Hobsbawm (1994), as ditas tradições que parecem ter um caráter histórico longínquo, podem ser questões relativamente recentes e mesmo fictícias. Esta última, é denominada pelo autor como “tradições inventadas”, cujo as práticas são criadas e repetidas ou mesmo impostas, e com isso estabelecem-se. As tradições também podem ser vistas como um caráter de resistência frente as mudanças.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: *E o patrimônio?*. Rio de Janeiro. Contra Capa, 2008.
- BARRETO, Margarida. *Turismo e legado cultural*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa. Edições 70, 2007.
- CARVALHO, Paulo; FERNANDES, João Luís J. *Patrimônio cultural e paisagístico-políticas, intervenções e representações*. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- CABRAL, Clara Bertrand. *Patrimônio cultural imaterial: convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa. Edições 70, 2011.
- COSTA, Alcidea Coelho. *Educação patrimonial como instrumento de preservação*. 2006. Disponível em: <<http://www.trilhamundos.com.br/Portals/13/Artigo%20Alcidea.pdf>>.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa. Fim de Século, 1999.
- DAVALLON, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation: enjeux et questions. In: *Patrimonialização e sustentabilidade do patrimônio: reflexão e prospectiva*. Parte 1. Patrimonialização e sustentabilidade do patrimônio. Lisboa: IHC-NOVA FCSH, 2018, p. 13-31.
- GEERTZ, Clifford. *The interpretation of cultures*. New York. Basic Book, 1973.
- HALL, Stuart. Representation: cultural representations and signifyind parctices. In: *The work of respresentation*. London. SAGE, 2003, p. 1-74.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.
- LARAIA, Roque de Barros. *Definições e conceitos sobre cultura*. 25. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Preservação do patrimônio: uma análise das práticas adotadas no centro do Rio de Janeiro. *Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN*, v. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>>.
- LIMA, Mesquita. *Antropologia ou entropologia?* Lisboa: Edições IN-CM, 1979.
- PRATS, Llorenç. Heritage according to scale. In: *Heritage and identity*. London: Routledge, 2009.
- RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.). *Turismo e patrimônio cultural*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- SALAZAR, Mónica Gómez. *Pluralidad de realidades, diversidad de culturas*. México. Editora de la Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.
- SOARES, André Luis Ramos. Dr. Jeckyl and Mister Hide ou A educação patrimonial serve a quem?. In: *A construção de políticas patrimoniais: ações preservacionistas de Londrina, região norte do Paraná e sul do país*. Londrina: Editora UNIFIL, 2009.
- STOREY, John. *Teoría cultural y cultura popular*. Barcelona. Octaedro, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedade, 1780-1950*. Buenos Aires. Nueva Visión, 2001.

_____. *Keywords: A vocabulary of culture and society*. New York: Oxford University Press, 1985.

Leandro Eustáquio Gomes é Especialista, Mestre e Doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra, Portugal. Bacharel em Turismo pelo Centro Universitário Newton Paiva, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Bolsista CNPq – Programa de Capacitação Institucional – nível DC.

Como citar:

GOMES, Leandro Eustáquio. (Des)Caminhos da patrimonialização: da cultura ao patrimônio. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 471-484, jul./dez. 2019. Disponível em: <pem.assis.unesp.br>.